

DOMINGOS FERREIRA
FRANCISCO GUIMARÃES



Alerta

(2.ª SÉRIE)



PANFLETO SEMANAL DE CRITICA POLITICA



SUMARIO :

Esclarecimento — A attitude das classes compreendidas na nossa critica é de ameaça quixotesca e não de defeza legitima e natural. Trazer a publico os actos dos que prevaricam é um crime e não uma necessidade de sanear.

A demissão do governo do sr. José de Castro—O que o governo fez. Os prejuizos causados pela sua acção governativa. Este ministerio pôde justamente comparar-se aos que a monarchia organisava na agonia da sua existencia.

A solução da crise ministerial — Falhou a ultima esperanza do povo. Uma boa cabeça colocada em cima de um corpo pôdre e gangrenado. A consequencia de um Parlamento formado por gente que não sabe governar um país.

Revisão—Os seus erros.

Preço, 2 centavos.—N.º 7.—Barcelos, Dezembro de 1915.

C. M. B.
BIBLIOTECA

A'LERTA

2.ª SÉRIE

Directores, editores e proprietarios, D. Ferreira e F. Guimarães
Composição e impressão, Tipografia de «O Comercio da Povoá de
Varzim»—Rua 5 de Outubro, 29 a 35

Redacção—Campo de S. José—Barcelos

Eselarecimento

O facto de analisarmos com a mais rasgada independencia o estado de indisciplina das classes que vivem do produto das receitas da nação acarretou sobre as nossas personalidades uma atmosfera de antipatia e odio que é mais um declarado sintoma de que no nosso país se vive unicamente de convenções, formalidades e conveniencias de interesses reciprocos.

Bulir com a vida profissional daqueles individuos que estão comodamente anichados em rendosos logares é motivo perigoso e serio para a integridade da existencia fisica de quem tal fizer. Não apparecem na imprensa os alvejados pela critica que reputam imerecida a defender a justiça dos seus direitos e a contestar a veracidade da nossa fria e pensada apreciação. Os argumentos reduzem-se a ameaças quixotescas, que não se realisam, afinal, a furibundos projectos de controversia que se limitam a ser manifestados em familia ou em reunião de amigos e a classificarem-nos dogmaticamente, com emfaze autoritaria de sabedores, *de infelizes despeitados*. Este argumento de defeza é classico e típico no nosso país.

Não se reconhece imparcialidade em quem escreve para publico, nem conhecimentos bastantes para censurar os actos de uma classe que no exercicio das suas funções pratica factos indignos e condenaveis. No Paiz, ha comtudo, uma lei de imprensa que regula os limites do pensamento escrito e, até hoje, os rigores dessa lei ainda não nos foram applicados.

Isto prova, evidentemente, que as nossas apreciações estão perfeitamente dentro das mais correctas normas do bom senso e cabem no mais amplo e equitativo campo da verdade. Se algumas alegações contrarias ás doutrinas dos nossos escritos tem vindo para a imprensa não tem chegado ao nosso poder, nem delas temos conhecimento.

Autorisa nos, pois, esse silencio a supor que as classes comprehendidas no rapido estudo que lhe dedicamos não encontraram argumentos de defeza para opor ao nosso criterio. Todas as considerações por nós aqui expendidas ficam confirmadas até que uma contradição ampla e concreta se proponha nega-las.

Domíngos Ferreira
Francisco Guimarães





2.ª SÉRIE

A demissão do governo do sr. José de Castro

Está prestes a extinguir-se uma das mais perniciosas consequências do acto revolucionario conhecido pelo 14 de maio.

Os funestissimos efeitos dessa revolução, que está concretamente registado na historia como um movimento de character apenas partidario, hão-de prolongar-se ainda por largo tempo. A acção do governo constituído por indicações da intitulada junta revolucionaria foi o mais infausto possivel. Não se pode exigir maior desorganização moral e material do que aquella que o governo agora demissionario produziu. Em qualquer paiz do mundo onde a corrente de opinião publica tivesse uma resumida influencia na vida dos ministerios o governo presidido pelo sr. José de Castro ha muito teria terminado o seu mandato.



Estamos já ha mais de quatro anos de Republica: os resultados bons de um novo regimen imposto e proclamado pelo povo ainda se não fizeram ver. A situação mantem-se como nos tempos condenados da monarquia. O governo que no momento presente pede a sua substituição não deixou na historia administrativa e politica que desenvolveu um unico acto que o indique como util ao paiz. Deixou-se dominar pelo terror que a demagogia altamente proclama como argumento de primacial grandeza para conseguir as suas pretensões e nada mais fez do que aquilo que essa demagogia lhe ditou.

Triste situação a nossa, que, nem ao menos, sabemos conservar integral a independencia dum dos principais poderes da nação! A base organica de um regimen é a disciplina; e nós, intelizmente, não a temos. As classes que imperam dentro dos ministerios são as que publicamente manifestam a maior desordem moral. O prestigio nacional soffreu com este governo o golpe mais rude que se lhe podia vibrar. Nem prestigio de autoridade, nem boa administração.

A constituição do actual governo obdeceu a uma vantagem para os democraticos e não á necessidade da organisação de um ministerio inteligente e culto que remediasse os males que affectam a vida do paiz. Encarado sobre qualquer aspecto o passado deste governo nada lhe encontra-

mos que mereça o louvor do povo. As graves crises internas que encontrou no acto da sua posse deixou-as prejudicadas, ou pelo efeito de as não resolver em tempo oportuno ou pelo facto de não conhecer forma de as debelar.

A crise de subsistencias é hoje mais pavorosa do que no momento da organização do ministério; a crise financeira agravou-se consideravelmente nestes passados mezes; as medidas referentes a obras publicas são de tal forma desvaliosas que só o pessimo estado a que deixaram chegar ultimamente as nossas estradas é um atestado da mais absoluta incuria e desleixo; as redes ferroviarias não aumentaram; a instrução anarquisou-se a tal ponto que os alunos dos liceus se declararam em greves por não se entenderem nem conformarem com as ordens contraditorias, incoerentes e absurdas dimanadas do respectivo ministério; as medidas de fomento quasi se resumem ao estabelecimento da redução das horas de trabalho, ordem inconveniente num periodo anormal e de excepção, quando toda a produção é precisa e de urgencia realisá-la; tratados internacionais propostos e executados por o actual governo não se fizeram; fugiu-se simplesmente de tratar de tais assuntos, protestando doenças do ministro. Que se deve, pois, a este ministerio?

A demonstração completa e incontestavel que ainda mantemos os mesmos processos de gover-

nar usados pela defunta monarquia! Os governos constituídos por consequencia de uma revolução tem deveres a cumprir mais cuidadosos e importantes do que aqueles formados por imposição de um acto de politica vulgar. E, comtudo, o governo que agora se afoga na vastidão imensa da sua nulidade nada conseguiu fazer! Não se pode attribuir a sua falta de ação administrativa a acontecimentos que imprevisitamente surgiram a evitar a efectivação de medidas que a situação nacional exige.

Esse caso não existiu. O que se avoluma aos olhos de quem quer ver é a maxima ausencia de actividade, os nenhuns conhecimentos que o acto de governar requer, a noção pratica e rial do que é preciso e indispensavel realisar, e, o que é pior, o desejo infinitamente evidenciado, de conservar as honras e proventos unidos ao cargo de ministros. O governo demissionario ha muito que devia ter abandonado as cadeiras do poder. A dignidade politica é tão precisa para bom governo dos povos que, sem ela, nos paises cultos e disciplinados, a vida dos ministerios que abandonam essa qualidade torna-se efemera e tumultuosa. A expectativa do país ante este governo foi a mais calma e benevola possivel. A essa expectativa de socego e simpatia retribuiram os homens que actualmente pedem a sua demissão com o maior descalabro financeiro e politico que jámais ousamos supor.

O governo cai: cai, levando sobre si a maldição dum país que ele não soube administrar nem livrar, talvez, dum dos mais horrorosos flagelos que nos pode invadir—a fome.

A sua administração politica e financeira fica registada na historia nacional como um acontecimento funesto que encherá de assombro as gerações futuras.

21—11—915.

Francisco Guimarães



A solução da crise ministerial

A solução do problema da crise ministerial está muito longe de merecer o aplauso dos republicanos que vivem afastados da corrente demagógica que grassa dentro do chamado Partido Republicano Português e da gente dos mais agregados políticos organizados. A ideia de um governo nacional foi posto de parte por virtude dos dois partidos com minoria no Parlamento se negarem a nele colaborar. Este acto politico dos dois partidos — Evolucionista e Unionista — é, como tantos outros, verdadeiramente incompreensível e profunda e rigorosamente prejudicial. Nem as perigosas condições internacionais em que nos achamos impeliu os homens dos dous partidos referidos a interessarem-se pelas cousas do paiz. O estado de misera condição financeira

e as crises gravissimas que affectam a vida do povo são factos que nada valem comparados com as inumeras tricas e vaidades politicas que enchem de tropeços a marcha da administração publica. Estudando com vagar toda a existencia da politica nacional vê-se com imenso desespero e suprema magua que já não é possivel concertar o organismo alquebrado e torto deste malfadado paiz.

Quando toda a ideia de união e paz era necessaria á consolidação da nossa nacionalidade os politicos profissionais põem em cartaz a seus despeitos e as suas exigencias fugindo a trabalhar para o bem da patria. Pretestando umas tolas razões, que nenhuma justificação rasoavelmente admite, não apareceram homens de todos os partidos que, de boa vontade, se prestassem a salvar de uma signominiosa agonia uma nação que bem administrada tem largos elementos para poder existir eternamente.

Que isto não tem um remedio viavel é tão claro como agua. Emquanto as ninharias politicas constituirem o pomo de toda a discordia nada se fará. Actos de administração publica não são tão discutidos nem apreciados como tantos factos de reles politica indigena que todos os dias succedem e que formam, por assim dizer, o pão nosso de cada dia. Ora, a vida de um paiz, assim, não tem grande futuro.

Todas as condições politicas da nossa labutação interna se resumem a contestações pueris e nulas do que resulta sempre, invariavelmente, mais um motivo para se hostilizarem os partidos que tentam furiosamente revesarem-se no poder. A constituição do novo governo é mais um produto mau que sai do parlamento, tão deficientemente e sem escrupulos escolhido. Fóra dos partidos que vivem na Republica ha homens de reconhecido valor moral e intellectual que muito poderiam melhorar a nossa situação polttica e financeira se os chamassem ao poder.

Não basta a um corpo possuir uma bem regulada cabeça: se os demais membros dessa combinação não estabelecerem uma harmonia perfeita esse corpo não pode trabalhar com inteiro equilibrio. Com o governo actual acontece esse caso. O sr. Afonso Costa é um homem de privilegiado talento. As melhores e mais acertadas medidas legisladas depois do advento da Republica devem-se a ele.

Se o governo, agora constituido, em vez de o ser com individuos de nenhuma competencia intellectual e administrativa o fosse com personalidades cultas e inteligentes que o paiz muito bem conhece e aprecia, o sr. Afonso Costa dava uma garantia de boa administração e bom tino politico. Assim não, infelizmente! Vamos continuar, como até aqui, a viver de expedientes ba-

nais e insignificantes que de nada nos valerão. O parlamento não encerra em si homens que prometam governar bem.

O sr. Afonso Costa é uma excepção das raras que lá vivem e esse homem politico não pode olhar por todos os actos que o ministerio realise. A incompetencia continuará, pois, a imperar sem que um remedio eficaz e radical lhe ponha um termo. Esperava-se que a solução desta crise concedesse um bem ao paiz. Os homens que se pensava comporem o ministerio de agora continuam em suas casas retirados dum encargo onde a poderosa acção do seu criterio muito nos beneficiaria.

Esqueceram-se que a nação tem necessidade de ser bem administrada para se lembrarem que a Constituição manda que os governos saiam do Parlamento. Irrisorio respeito quando todos os dias os atropelos á lei fundamental da Republica se observam com o maior descarado escandalo.

Que valem os srs. Paulo Falcão, Freire de Andrade, Pereira d'Eça, Abel d'Andrade, Alvaro de Castro e muitos outros se puzermos os seus actos como ministros confrontados com os daqueles que agora desarmonisam o gabinete presidido pelo sr. Afonso Costa? A ultima esperanza do povo falhou! Nada mais nos resta! O sr. Afonso Costa deixou-se dominar pelos medio-

eres, vestidos no rigor da moda, mas falhos de cultura e pratica governativa.

A substituição do ministerio do sr. José de Castro de nada valeu. Fica o mesmo corpo, pôdre e gangrenado, com uma cabeça nova. Isso não bastava!

Francisco Guimarães



REVISÃO

A ausencia dos directores do presente panfleto ao acto da revisão do número passado deu causa a que esse numero viesse a publico cheio de incorrecções e defeitos. O artigo «O afastamento dos funcionarios publicos» entre outras incorrecções salientam-se as seguintes: no periodo «Não é só com esse mal, infelizmente» deve ler-se *Não é só esse o mal, infelizmente*. No periodo «Nesse momento toda a ideia de defeza na legitima e oportuna» o autor escreveu: *Nesse momento toda a ideia de defeza era legitima e oportuna*. No mesmo artigo ha outros defeitos que a intelligencia do leitor facilmente comprehenderá que foi erro na difficiencia de revisão. O artigo sobre o grande pensador Sampaio Bruno, na referencia a Ramalho Ortigão lê-se «o critico iconclasta» o que se comprehende claramente como pouco cuidado ao rever.

O artigo mais mutilado foi em «Extra programa —Capa e batina». O sexto periodo foi ali colocado indevidamente. Devia seguir no segundo periodo, como continuação da ideia de rapida passagem pelo panorama fosco e enevoado do Porto. Esse periodo que principia «Expresso nevoeiro envolve etc.» deve ler-se *Espesso nevoeiro envolve etc.* No periodo «O Seculo, Republica, Mundo e Luta» deve aumentar-se a «Capital» assim como a importancia é de 50 e não 40 reis, como se deprende da continuação dos periodos que se seguem.

Ainda no mesmo artigo se lê a palavra *envolve* repetida o que não representa no autor pobreza no conhecimento da nossa lingua mas sim erro na composição.

1842
20000000



H.
1842

1842

1842

1842

1842

C.M.B.
Biblioteca



Itanhaém.

Thyrs Duarte

Ramassé

Duarte

